



Trabalho Encomendado GT02 - História da Educação

IGUALDADE E DIFERENÇA – uma discussão conceitual ao contraponto das desigualdades

José D'Assunção Barros - UFRRJ

1. Porque discutir a distinção entre Desigualdade e Diferença?

Gostaria de abordar, nesta conferência, a distinção conceitual entre Desigualdade e Diferença, e os modos de interação entre estes dois aspectos. Sustento que a necessidade de trabalhar cada vez mais a precisão destes dois conceitos – e os tipos de oposição que eles permitem em relação ao conceito de Igualdade – tornou-se imperativa no período moderno, e particularmente a partir do século XX. Minha intenção, contudo, não será a de oferecer um panorama de posições autorais a respeito desta questão, mas apenas a de propor uma leitura específica dos dois conceitos, baseada em um livro que publiquei recentemente¹.

Quero começar lembrando uma célebre passagem do *Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os homens* (1754), de Jean-Jacques Rousseau. Nesta, o filósofo suíço do século XVIII defende a ideia de que “a Natureza fez os homens iguais, mas a Sociedade os tornou desiguais”. Mais adiante, ele acrescenta:

“Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens” (ROUSSEAU, 1978, 235-260).

Possivelmente, nos dias de hoje Rousseau recolocaria esta questão nos termos de um paralelismo não entre duas espécies de desigualdade – a natural e a moral – mas sim entre uma ordem das diferenças, e uma ordem das desigualdades. O que Rousseau chama

¹ *Desigualdade e Diferença* (BARROS, 2016).

de desigualdades naturais – as idades, características físicas e outras – incluem-se naquilo que poderíamos chamar, hoje, de *diferenças* (embora, certamente, não existam apenas diferenças naturais, mas também diferenças culturais de todos os tipos). As desigualdades políticas (mas também as desigualdades econômicas e sociais, ao lado delas) constituiriam aquilo que, nesta reflexão, estarei chamando de *desigualdades* propriamente ditas. Apresentam-se aqui duas ordens bem distintas: a das diferenças e a das desigualdades. Cada um destes âmbitos – o da diferença e o da desigualdade – opõe-se, por sua vez, à noção de “igualdade”, mas de uma maneira própria que teremos o cuidado de distinguir mais adiante.

Também quero ressaltar que, ainda na época de Rousseau, os autores da *Enciclopédia* consideraram importante registrar que – apesar de todas as diferenças naturais e das diversas desigualdades sociais produzidas pelo mundo político – há também uma igualdade natural que inscreve todos os homens e mulheres em uma humanidade comum. Nas palavras registradas pelo próprio enciclopedista, pode-se falar na constituição de uma natureza humana, “comum a todos os homens, que nascem, crescem, subsistem e morrem da mesma maneira”². Ou seja, para além de uma miríade de diferenças que se estabelecem ao nascimento e no desenvolvimento da vida de cada um dos seres humanos específicos, e a despeito das variadas desigualdades que entre eles possam ser estabelecidas através do mundo social e político, existe uma condição humana mínima que é igualadora de todos os homens. Todos terão de passar, por exemplo, pela experiência da morte, assim como todos tiveram de passar pela experiência do nascimento. Pode-se nascer e morrer de muitas e muitas maneiras – e obviamente em condições desiguais com relação ao conforto e amparo médico – mas todos estão fadados a nascer e a morrer. Da mesma maneira, ainda que os seres humanos tenham à sua disposição distintas possibilidades de locomoção conforme as suas circunstâncias de saúde e a sua condição social e econômica, as leis do mundo físico atuam de maneira igual sobre todos eles. Mais ainda: se em alguma instância existem ares distintos a serem respirados, bem como ambientes sujeitos a uma maior ou menor poluição e insalubridade, a necessidade incontornável de respirar unifica o gênero humano. Existe, enfim, a partir de certo limite mínimo, uma irreduzível igualdade humana que se coloca tanto diante das

²JAUCOURT, “Igualdade Natural”, 2015, p.201.

diferenças de todos os tipos, como também diante das desigualdades sociais de toda ordem³.

O que quero discutir, a partir daqui, é o fato de que temos situações de ordens e implicações radicalmente distintas quando falamos em igualdade por oposição às diferenças, e em igualdade por oposição às desigualdades.

Começo por dizer que, estabelecer uma distinção clara e precisa entre as noções de desigualdade e diferença – e refletir sobre como estas duas noções podem ou devem ser articuladas ou confrontadas, ou sobre como elas interagem na história e nas sociedades humanas – foi de certa maneira uma demanda que foi se intensificando e ampliando cada vez mais a partir do século XX. Seja a partir de experiências positivas como a da realização de propostas e projetos de inclusão social, seja em vista de traumas coletivos como os das experiências políticas totalitárias do século XX, o interesse e a urgência em discutir as articulações entre igualdade social e diferenças de vários tipos foi se mostrando cada vez maior.

A reflexão que proponho neste momento coloca-se em um patamar muito simples. Quero discutir as relações entre igualdade, desigualdade e diferença, partindo de uma compreensão semiótica da relação entre os três conceitos.

2. Igualdade, Desigualdade e Diferença.

Conforme vimos até aqui ideia de *Igualdade* contrasta simultaneamente com as noções de Desigualdade e Diferença. Por um lado *Igualdade* opõe-se a *Diferença*, mas por outro lado se contradita com *Desigualdade*.

Existe uma distinção sutil envolvida nestes dois contrastes. Quando se considera o par ‘Igualdade x Diferença’ (ou ‘igual’ x ‘diferente’), tem-se vista algo da ordem das modalidades de ser: uma coisa ou *é* igual a outra, pelo menos em um determinado aspecto, ou então dela difere. Podemos, no âmbito de um conjunto formado por certo número de

³ Há uma pequena discordância de designações entre Rousseau e Jaucourt [este último foi o autor do verbete “Igualdade Natural” da *Enciclopédia* (1772)]. Rousseau denomina “desigualdades morais ou políticas” àquelas estabelecidas entre os homens pela convenção e circunstâncias da vida social e política. Opõe estas às “desigualdades físicas ou naturais”. Jaucourt, todavia, fala em “igualdade natural ou moral” para designar essa condição humana mínima que é comum a todos os homens e mulheres. Quer mostrar com isso que, diante da condição natural inerente a todos os seres humanos, existe ou deve existir certa responsabilidade moral, a ser regida pela consciência e compreensão de que, no limite irredutível, somos todos naturalmente iguais (e moralmente solidários e responsáveis uns pelos outros).

indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação ao aspecto sexual, ao aspecto profissional, ao aspecto étnico, e assim por diante. A oposição entre Igualdade e Diferença, se quisermos colocar a questão sob uma perspectiva semiótica, é da ordem dos ‘contrários’ (de duas modalidades de ser que se opõem).

Enquanto o contraste entre igualdade e diferença dá-se no plano do “ser”, já o contraste entre *Igualdade* e *Desigualdade* refere-se quase sempre não a um aspecto ‘essencial’, mas sim a uma ‘circunstância’ associada a uma forma de tratamento, mesmo que esta circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas. Tratam-se dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro. Isso pode ocorrer independente de serem eles iguais ou diferentes no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão. Se é verdade que as mulheres podem receber um tratamento desigual em relação aos homens no que concerne às oportunidades de trabalho, e aqui estaremos falando na *desigualdade entre os sexos*, é também possível tratar desigualmente dois homens que em nada difiram em relação a alguns dos seus aspectos essenciais (idade, sexo, profissão, etc...). Ou seja, desigualdade e diferença não são noções necessariamente interdependentes, embora possam conservar relações bem definidas no interior de certos sistemas sociais e políticos.

Distintamente da oposição por ‘contrariedade’ que se estabelece entre Igualdade e Diferença, a oposição entre Igualdade e Desigualdade é da ordem das ‘contradições’. Bem entendido, as contradições são sempre circunstanciais, enquanto os contrários opõem-se ao nível das modalidades de ser. As contradições são geradas no interior de um processo, têm uma história, aparecem em determinado momento ou situação. Principalmente, pode-se dizer que os pares contraditórios integram-se dialeticamente dentro dos processos que os fizeram surgir. Por seu turno, os contrários não se misturam (amor e ódio, verdade e mentira, igual e diferente), e desta forma fixam muito claramente o abismo de sua contrariedade. Logo veremos que essa distinção entre ‘contrários’ e ‘contradições’ tem implicações importantes.

Para o caso de que tratamos, é preciso considerar antes de tudo que as diferenças são inerentes ao mundo humano – para não falar do mundo natural. De modo geral, a ocorrência de diferenças de toda a ordem não pode ser evitada através da ação humana. Vale ainda dizer que a ocorrência de diferenças no mundo social está atrelada à própria diversidade que

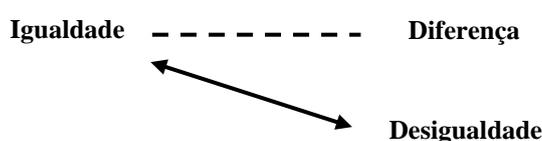
integra o conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, idade) seja no que se refere a questões externas (pertencimento por nascimento a essa ou àquela localidade, ou cidadania vinculada a este ou àquele país, por exemplo). Pode-se prever que sempre existirão homens e mulheres, diversas variações étnicas, indivíduos de várias faixas etárias, bem como profissões as mais diversas. Se as diferenças são inevitáveis e desejáveis, pode-se sonhar, entretanto, que um dia elas serão tratadas socialmente com menos desigualdade. Por isso, as lutas sociais não se orientam em geral para abolir as diferenças, mas sim para abolir ou minimizar as desigualdades.

De resto, o que obriga a falar em *circunstâncias* para as questões relacionadas à Desigualdade é o fato de que qualquer desigualdade que esteja sendo imposta a um grupo ou a um indivíduo está sujeita ela mesma à circunstancialidade histórica, sendo em última instância reversível. O grupo humano que está privado de determinados direitos pode reverter a sua situação através da ação social – sua e de outros. Pelo menos em tese, não existem desigualdades imobilizadas no mundo social. Enquanto isso, no mundo das diferenças, teríamos na oposição biológica entre homem e mulher uma realidade contundente, ainda que esta possa se mostrar mais complexa através da ocorrência de outros diferenciais sexuais. Da mesma forma, os seres humanos mostram-se sujeitos a atravessarem diferentes faixas etárias sem reversibilidade possível, e não há como lutar contra isto, mesmo que seja possível minimizar ou adiar os graduais efeitos da passagem do tempo sobre o corpo humano individual.

3. Igualdade, Desigualdade e Diferença: uma leitura semiótica

Para resumir visualmente o que foi até aqui discutido com um esquema, ainda incompleto, poderíamos traçar um triângulo semiótico, correspondente à metade de um *quadrado semiótico* que será completado mais tarde. Nesse triângulo, a Igualdade relaciona-se horizontalmente com a Diferença, em uma coordenada dos contrários que se refere ao plano das modalidades de ser, mas também se relaciona diagonalmente com a Desigualdade (em um eixo das contradições que se refere ao plano das circunstâncias). A indicação de bilateralidade (uma linha com duas setas) no eixo contraditório da relação entre Igualdade e Desigualdade indica que esses polos são auto-reversíveis, ou que é possível um

deslocamento no eixo da desigualdade. Já para a coordenada de contrariedade relacionada com os polos Igualdade e Diferença não há de modo geral reversibilidade possível; ou, ao menos, os deslocamentos dão-se através de saltos para uma outra posição. Trocando em miúdos, as desigualdades são reversíveis no sentido de que se referem a mudanças de estado; com relação às diferenças, em muitos casos isso ocorre apenas ocasionalmente. De todo modo, quando ocorre uma mudança de uma diferença a outra (por exemplo, a troca de uma nacionalidade por outra), essa mudança dá-se através de um salto para outro lugar, e não de um deslocamento através de espectro de gradações.



(Triângulo Semiótico da Igualdade)

Proponho alguns exemplos para ilustrar os aspectos relacionados às gradações e às possibilidades de reversibilidade que afetam o eixo das desigualdades. Consideremos o aspecto da riqueza. Entre o homem mais rico e o mais miserável – aquele que no limite extremo é desprovido de qualquer bem – podemos imaginar todas as gradações possíveis. É possível imaginar também situações em que o homem mais rico perca riqueza, e até atinja a miséria, ou em que o miserável vá gradualmente adquirindo riqueza até se tornar rico. A desigualdade relativa à riqueza admite tanto *reversibilidade* como *gradações* entre seus extremos. Raciocínios análogos poderiam ser feitos para a desigualdade relativa à liberdade de ir e vir. De um lado teríamos o homem que pode ir a todos os lugares (o qual, imaginariamente, seria aquele que detém um máximo de poder, riqueza e prestígio), e do outro o homem que não pode ir a nenhum lugar (o qual poderia ser ilustrado com o exemplo de um prisioneiro na solitária). Entre esses limites extremos existem as gradações, e também as reversibilidades (o ditador pode ser um dia preso, e o prisioneiro libertado).

Os exemplos poderiam se estender ao infinito para as desigualdades relativas à liberdade de expressão, ao acesso a bens e serviços, à privação de direitos jurídicos, a imposições de segregação espacial, e tantas outras situações. De igual modo, na relação entre dois indivíduos, ou mesmo na comparação de um indivíduo consigo mesmo em dois

momentos, inúmeras situações dicotômicas mostram-se implicadas ou inscritas em uma relação de desigualdade, o que se expressa pelo fato de que só podem ser aferidas *relativamente*: ('forte'/'fraco', 'instruído'/'ignorante').

Para exemplificar agora com uma diferença, esta francamente pertencente ao âmbito sociocultural, podemos discutir essa diferença que é a *nacionalidade*. É possível imaginar tantas nacionalidades quanto existirem distintos países do mundo. Mas não existe uma gradação entre o norte-americano e o brasileiro, ou entre o australiano e o chinês. Estas várias nacionalidades fixam entre si o abismo que as separa como modalidades de ser claramente diferenciadas. Ou se pertence a uma nacionalidade ou a outra⁴. Adicionalmente, deve-se considerar que a mudança de uma dessas nacionalidades para outra, ou a transferência de um indivíduo que migrasse de uma destas modalidades de ser para outra, não constituiria um processo gradual, mas sim um salto para outro lugar – salto ou deslocamento este de que, quando muito, um indivíduo apenas costuma se beneficiar em um único momento de sua vida. Um raciocínio análogo poderia ser desenvolvido para as diferenças religiosas e muitas outras.

Novamente é importante se ter em vista um circuito de exceções que não afetam o padrão conceitual que aqui está sendo desenvolvido. Para o caso das diferenças relativas à questão da nacionalidade, os casos de “dupla nacionalidade”, por exemplo, referem-se a duas modalidades de ser (duas diferenças) que se superpõem. Há indivíduos que possuem duas nacionalidades legalmente reconhecidas, e pode-se pensar em outros que construam para si mesmos uma identidade ou autoimagem na qual se superpõem duas essências relativas ao âmbito da nacionalidade. Há por fim indivíduos que pertencem legalmente a uma nacionalidade, mas se sentem cultural ou afetivamente como pertencentes a outra (duas modalidades que se contrariam entre o desejo subjetivo e o enquadramento legal de um indivíduo). Há por fim os apátridas, indivíduos que foram privados legalmente de uma ‘diferença nacional’, o que não impede que ainda se sintam como pertencentes à nacionalidade que lhes foi negada. Entrementes, vamos considerar que todos estes casos correspondem a oscilações e ambiguidades que ainda se dão no plano das diferenças (das modalidades de ser). Isso não implica, é claro, que diferenças como a dos apátridas deixem

⁴ Há dois princípios básicos evocados para a aferição da nacionalidade: o *jus soli*, que considera o local de nascimento, e o *jus sanguinis*, que considera a ascendência do indivíduo, não importando o seu lugar de nascimento. As Constituições dos diversos estados-nação podem fundar a sua noção de nacionalidade com base em um destes princípios, ou, de modo composto, admitir concessões ora ao *jus soli*, ora ao *jus sanguini*.

de gerar desigualdades sociais nos países em que se encontram, ou que diferenças como a da dupla-nacionalidade não produza privilégios específicos, o que também será uma questão pertinente ao campo das desigualdades, isto é, das desigualdades que são estabelecidas sobre diferenças.

4. Desigualdade, Diferença e suas interações sociais

Um aspecto importante a se considerar na história da relação entre Diferença e Desigualdade refere-se à possibilidade de que determinada ‘contradição’ relacionada com desigualdades passe a ser lida socialmente como uma ‘contrariedade’ relacionada com diferenças. O exemplo histórico mais notório é o da oposição entre *liberdade* e *escravidão*. Se considerarmos que a escravidão é a privação de liberdade, deveremos de imediato localizar este par de contraditórios no eixo circunstancial da Desigualdade. O escravo é aquele que perdeu a liberdade. A escravidão ou a condição de homem livre constituem cada qual um ‘estado’, uma circunstância (estas duas noções interagem reciprocamente como contradições, e não como diferenças). A estratificação social no Brasil Colonial fundou-se no deslocamento imaginário da noção desigualadora de escravo para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da diferença entre homens livres e escravos. Nessa perspectiva, passa-se a considerar que um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo. Esta desigualdade radical que é a escravidão, e que se via então transformada em diferença no sistema escravista, era levada também a se entremear com outras diferenças, igualmente construídas historicamente. “Negro”, “africano” e “escravo” passavam a constituir um único novelo de diferenças na lógica do escravismo colonial moderno.

Os deslocamentos que se dão entre o eixo circunstancial das desigualdades e a coordenada essencial das diferenças foram muito recorrentes no período moderno, envolvendo diversos outros contextos para além da questão da escravidão. A noção de nobreza, seja no período antigo ou no início do período medieval, foi gerada a partir de certas circunstâncias de desigualdade ligadas ao acesso à terra e à posse de armas. No decorrer de um complexo processo histórico, a oposição dos pares contraditórios ‘nobre’ e ‘não-nobre’ foi deslocada para uma coordenada de contrariedades na qual ‘nobre’ passou a ser designativo de uma essência ou modalidade de ser. Nascia-se nobre, embora essa ideia

tivesse de conviver ainda com a ideia antagônica de que “faziam-se nobres”, sobretudo a partir das mãos do rei.

É sintomático que, no preâmbulo dos movimentos sociais contra os privilégios aristocráticos – já no período de questionamento do Antigo Regime que se deu na Europa moderna – os filósofos iluministas tenham se esforçado por elaborar uma nova leitura da noção de nobreza, reencaminhando-a do eixo essencial das diferenças ao eixo circunstancial das desigualdades. O circunstancial, conforme vimos, é mais maleável à ação humana, e está por isto mais claramente sujeito à história. De igual modo, o movimento revolucionário só pôde remover o monarca de sua posição absolutista quando desconstruiu o seu misterioso halo de diferença, regrado a direito divino, e passou a ler a figura régia como a de um agente instaurador de desigualdade – um tirano! Não é possível cortar a cabeça de um rei diferenciado de todos os homens pelo próprio Criador, mas facilmente se decapita um tirano que foi alçado ao poder por mecanismos de desigualdade inventados pelos próprios homens. Destituído da diferença e declarada a sua desigualdade, o rei facilmente perde a cabeça.

Diversos exemplos históricos mostram-nos as profundas implicações que se escondem na leitura das desigualdades como diferenças, ou na leitura das diferenças como desigualdades. Estes deslocamentos não são gratuitos, não ocorrem senão como signos de profundas alterações que vão se dando na história de determinadas sociedades.

5. **Mulher: diferença de gênero e luta contra as desigualdades de gênero**

Um penúltimo exemplo contribuirá para a compreensão de que a diferença também pode ser lida como desigualdade para atender a determinados projetos sociais de dominação. Na filosofia medieval, teve bastante recorrência a ideia de que a mulher era um homem incompleto (assim como a de que a criança é um adulto incipiente). Percebe-se que aqui uma diferença sexual natural, ou uma diferença cultural de gênero, é relida como uma desigualdade na origem. De igual maneira, a criança – uma diferença etária – era na mesma época vista como desigualdade etária.

A ideia medieval de que a mulher é um “homem inacabado” (*mas occasionatus*) é uma herança aristotélica que se estendeu e ganhou força na Idade Média, em particular

com o pensamento de São Tomás de Aquino⁵. Assim, esse “mas occasionatus” que seria a mulher era aqui visto como mero receptáculo passivo para a força generativa e única do varão, acrescentando ainda São Tomás de Aquino que “a mulher necessita do homem não somente para engendrar, como fazem os animais, senão também para governar, porquanto o homem é mais perfeito por sua razão e mais forte por sua virtude”⁶.

As propostas de Tomás de Aquino (1227-1274 d.C) para o entendimento da sexualidade humana e para uma argumentação acerca da existência de uma distinção hierárquica entre os dois gêneros vinham, como se disse, de longínquas fontes clássicas, e remetiam a uma bem ajustada combinação entre o modelo da “ordem dos seres”, proposto pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C) – um modelo que reservava ao homem o grau máximo da perfeição metafísica, deixando a mulher em segundo lugar – e o modelo de “corpo anatômico” elaborado por Galeno (129-200 d.C), notório médico e pesquisador da Roma Antiga. Remonta daí um padrão de percepção das anatomias dos dois gêneros como variações derivadas de um modelo fisiológico e anatômico único – o masculino – notando-se que para o caso dos órgãos genitais o homem os teria voltados para fora e a mulher os teria internalizados (configurando-se assim uma inferioridade, uma incompletude, como prediz este modelo)⁷.

Segundo as implicações desta que hoje nos soaria como uma estranha perspectiva sobre os sexos, a própria Natureza teria tratado desigualmente os seres na sua origem, gerando uns que são completos e outros que são incompletos. Cria-se aí uma hierarquia “natural”, que reforça as hierarquias sociais e políticas, onde o completo está acima do incompleto, ou o homem acima da mulher. Esta ideologia de bases antigas e medievais sobre

⁵ Tomás de Aquino. *Summa Theologica* I.q.92, a.1 ad 4. Para Aristóteles, entretantes, a diferença desigual entre os dois sexos originava-se do próprio processo de fecundação. O ovo fecundado, e que chegasse à maturidade, resultaria no indivíduo masculino. Enquanto isso, a mulher corresponderia a um desenvolvimento não-chegado à plenitude. A mulher seria, assim, um “macho incompleto”, “frustrado”. Mais especificamente, Aristóteles acreditava que, no processo de fecundação, o sêmen masculino buscava sempre dominar a substância reprodutiva feminina. Bem sucedido, causaria a geração de uma criança masculina. Na metade dos casos, todavia, o próprio sêmen terminava por ser dominado – seja por que fosse fraco, seja porque a substância feminina tivesse tido sucesso em resistir à sua ação, seja por alguma outra razão qualquer. Neste caso, uma criança feminina nasceria. Sobre a origem e desenvolvimento do axioma aristotélico sobre a incompletude da mulher, ver o artigo de J. Winandy intitulado “La femme: un homme manqué” (1978, p.865-870).

⁶ Tomás de Aquino. *Summa contra Gentiles* III, 123.

⁷ Segundo Laqueur, em seu estudo *A Fábrica do Sexo* (1992), este modelo do “sexo único” perdura como modelo dominante até o século XVIII, quando então começa a se projetar um outro modelo no qual os gêneros masculino e feminino começam a ser percebidos como claramente diferenciados nos aspectos anatômico e fisiológico (CECCARELLI, 1994, p.2).

as distinções e relações de gênero, aliás, parece não desaparecer totalmente com a medievalidade, e estende-se de alguma maneira até o século XVIII⁸. Então, sob as luzes da Ilustração, começa-se a pensar pela primeira vez uma sistematização mais atenta e particularizada acerca das diferenças anatômicas e fisiológicas entre os dois sexos, um não mais visto como derivado do outro – ou como a ‘incompletude’ do outro – o que terminou por permitir a alguns dos filósofos iluministas ‘desnaturalizar’ a desigualdade sexual e a reconhecer a necessidade de um espaço social e político para a mulher. Ainda assim, mesmo modernidade adentro, após um relativamente breve período de valorização da diferença feminina com o iluminismo francês, logo iremos encontrar diversos autores que voltam a sustentar mais inflexivelmente a ideia de incompletude da mulher em relação ao homem, ou mesmo a existência de uma desigualdade sexual natural.

Retomando as origens medievais, vale ainda lembrar que – para a mesma época em que São Tomás de Aquino resgatava a noção aristotélica da mulher como “homem inacabado” – a historiadora Christine Pouchelle (1983) iria descobrir nas anotações de um cirurgião medieval, e em outras fontes do mesmo período, a representação da vagina como “falo invertido”. Desta maneira, ora representada como “homem inacabado”, ora como “homem invertido”, a mulher perde, nas representações geradas pela dominação masculina medieval, o direito a ser percebida como singularidade, como ‘diferença’ de mesmo nível, como fisiologia específica. E, portanto, como psicologia específica.

Não é preciso recuar à Idade Média para encontrar mais exemplos. Schopenhauer, um dos mais misóginos dentre os filósofos modernos, é autor de passagens que promovem uma leitura das relações de gênero com base no deslocamento das diferenças para o plano das desigualdades sexuais, por ele postuladas como naturais. Em vários momentos esse filósofo alemão exprime uma concepção do sexo feminino como “naturalmente desigual” em relação ao sexo masculino (e não apenas “naturalmente diferente”). “Para as mães e educadoras em nossa primeira infância, as mulheres se mostram particularmente adequadas, já que são infantis, tolas, e têm uma visão curta. Em poucas palavras, são crianças grandes: uma espécie de estágio intermediário entre a criança e o homem, este sim, uma pessoa de verdade”⁹. Ou ainda: “[a mulher] é, antes, uma mente míope, na medida em que sua

⁸ Alguns autores identificam a emergência de uma percepção diferenciadora entre os dois sexos, superando o modelo do padrão único com duas variantes, já na Renascença. A este respeito, ver as considerações de Pierre Bourdieu em *A Dominação Masculina* (1998).

⁹ SCHOPENHAUER, 2004, p.7.

inteligência intuitiva enxerga com acuidade o que está próximo, mas em contrapartida tem um círculo de visão estreito, no qual o que está distante fica de fora; é por isso que tudo o que está ausente, que é passado ou ainda virá, atua de modo muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre nós”¹⁰.

Esteja na Renascença ou na Ilustração a base inicial para um contraste entre os dois gêneros que se baseasse na ‘diferenciação’, e não na ‘desigualdade natural’ – o que de resto ainda necessita ser investigado mais sistematicamente pelos historiadores – o fato é que foi um passo bastante importante para a ampliação dos direitos da mulher essa possibilidade de trazer a discussão sobre os gêneros sexuais para o plano das diferenças, e não mais conservá-la em um pretenso plano de desigualdades naturais impostas desde a origem pela Natureza ou por um Deus desigualador. Corrige-se, aqui, a violência simbólica gerada pelo tratamento da Diferença como Desigualdade. Permite-se atacar aqui, conforme veremos mais adiante, o problema da ‘Indiferenciação’ (do sutil gesto de desconsiderar as diferenças com vistas a impor desigualdades).

6. Seleção social da Diferença

Ainda que existam diferenças francamente percebidas como naturais, é muito importante se ter em vista que, na maior parte das situações, a própria seleção social daquilo que será destacado como diferença relevante é também um produto histórico, mesmo no que se refere aos chamados aspectos naturais. Tirando as diferenças sexuais e etárias, que em um primeiro plano parecem se impor naturalmente, existe uma grande diversidade de especificidades biológicas que não são percebidas ou valoradas socialmente, e outras que podem sê-lo. Porque as diferenças de pigmentação da pele são selecionadas socialmente como diferenças nas sociedades modernas, inclusive motivando preconceitos e formação de identidades, e não as diferenças de tipos sanguíneos, por exemplo?¹¹ Na sua enorme diversidade dentro da espécie humana, todos os homens apresentam inúmeras diferenças de

¹⁰ SCHOPENHAUER, 2004, p.14-15.

¹¹ Poderíamos imaginar aqui uma *distopia*. Uma sociedade poderia escolher discriminar os seus membros através dos tipos sanguíneos, concedendo uma espécie de nobreza aos portadores do sangue ‘B’, uma meia nobreza aos portadores do sangue ‘AB’ e reservar o tipo sanguíneo ‘A’ para a população que seria classificada como plebeia. O sangue ‘O’ poderia ser relegado a uma casta depreciada, como a dos “intocáveis” no Hinduísmo. Um tal sistema pareceria a todos absurdo, e é de se estranhar que nem sempre seja visto como absurdo um sistema que discrimina a partir de um dado como a cor da pele.

uns em relação aos outros, e inúmeras possibilidades de agrupamentos. Estas infundáveis distinções, como já se deu a perceber, podem ser de ordem natural ou cultural. Mas nem todas as diferenças naturais e culturais são selecionadas como diferenças sociais. Vale dizer, muitas vezes elas permanecem apenas como distinções que não chegam a gerar a formação de agrupamentos, estratificações, processos de discriminação, processos de afirmação de identidade social, e assim por diante.

Algumas diferenças podem produzir discriminações ao nível dos micropoderes e das relações interpessoais, embora não produzam grandes discriminações sociais. Determinados indivíduos podem discriminar os gordos, os feios, os baixos, e assim por diante. Contudo, embora sejam muito fortes o movimento negro ou o movimento feminista – que se insurgiram modernamente contra as discriminações raciais ou contra as desigualdades sexuais – não existe, por exemplo, um “movimento gordo”. Grosso modo, só verificamos a emergência de grandes movimentos sociais quando a discriminação em relação a um certo aspecto atinge uma determinada ênfase social, começa a afetar uma parcela muito significativa da população, ou então passa a se constituir em aspecto questionável de um sistema jurídico ligado a uma sociedade que divulga o imaginário da igualdade, tal como ocorre com as democracias modernas.

De qualquer maneira, eis aqui um problema importante que estimula um diálogo inevitável entre as ciências naturais e as ciências humanas. Algumas das milhares de diferenças que podem surgir entre os indivíduos provém do âmbito da natureza, mas a percepção e a seleção de algumas destas diferenças naturais para que se transformem em critérios que afetarão significativamente a vida social dos indivíduos e dos grupos populacionais ... isto é inteiramente pertencente ao âmbito da cultura.

O aspecto mais polêmico continua sendo o da “raça”. Conforme os cientistas que têm recuperado a história biológica da humanidade através do Projeto Genoma, fica cada vez mais evidenciado que a raça é um conceito meramente circunstancial. Sempre existiram tendências e tentativas de dividir a humanidade em grupos de raças – em 3 raças, em 5, em 30, ou até mesmo milhares de micro-raças¹². Mas estas divisões nunca deixaram de constituir-se de arbitrariedades, por mais que a sua percepção tenha se entranhado nos

¹² OLSEN, 2001, p.48.

homens e mulheres em sociedade, e dado margem a que passassem a ser vivenciadas intensamente nas suas relações sociais.

Será oportuno finalizar esta parte lembrando que, ao lado de uma “seleção social da diferença”, ocorre sempre e necessariamente uma “construção social da diferença” por dentro mesmo de cada diferença selecionada ou construída a partir de dados da natureza ou da cultura. Mesmo quando se aceita ou se reconhece uma diferença, há ainda uma derradeira questão de construção social que reside no modo e nos detalhes de acordo com os quais cada diferente será construído e, sobretudo, posto em relação com os outros diferentes de uma mesma rede conceitual. Podemos estender para os circuitos de diferenças de ‘raça’, ‘nacionalidade’, ‘identidades etárias’, ou outros, as considerações de Bourdieu relativas à construção social dos sexos:

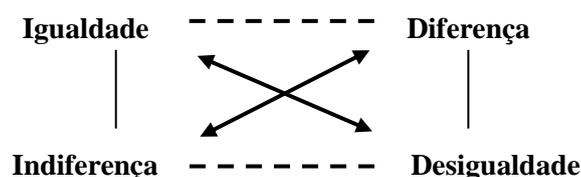
“a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças”¹³.

Diversos regimes sociais de discriminação étnica ou racial, por exemplo, amparam-se no esquecimento de uma humanidade comum e na acentuação destas ou daquelas singularidades que se deseja colocar em evidência, quando não na invenção de outras que de fato não existem (por exemplo, o caso de escritos portugueses ou brasileiros do século XVIII e XIX que se ocuparam em indicar a indolência ou a preguiça como característica natural de povos indígenas). Aquele que se ocupa de discriminar o idoso para o mercado de trabalho irá insistir na diminuição do vigor físico e esquecer aspectos positivos como a importância da experiência para o exercício dessa ou daquelas tarefas, ou irá mesmo inventar singularidades inteiramente artificiais para compor a sua imagem depreciativa do trabalhador idoso, como a de que com o avançar da idade um indivíduo se mostra menos aberto às mudanças e novidades. A construção social da diferença, no interesse de poderes dominantes, dá-se também por dentro da diferença socialmente selecionada ou construída.

7. Indiferença

¹³ BOURDIEU, 2005, p.23.

Quando esquematizamos acima as relações entre Igualdade, Diferença e Desigualdade, havíamos ressaltado que era ainda um esquema incompleto. Ele pode ser espelhado, para se tornar um quadrado semiótico perfeito, se acrescentarmos uma nova noção: a de Indiferença (por oposição contraditória em relação a Diferença). A indiferença, ou indiferenciação, corresponde a ignorar, rediscutir ou desprezar as diferenças. Completo, o quadrado semiótico das Igualdades e Diferenças ficaria assim:



(Quadrado Semiótico da Igualdade)

O quadrado semiótico completo com o vértice da Indiferença permite enxergar a questão da Desigualdade e Diferença sob mais outros ângulos. Propositadamente, conservamos as ambiguidades da palavra Indiferença para não depurá-la de suas riquezas internas e permitir que o esquema proposto se aplique funcionalmente a um número maior de casos. Por um lado, a noção de Indiferença pode ser empregada com o sentido de Indiferenciação, de desconstrução da diferença (ou da desigualdade) que oprime, de eliminação das discriminações com vistas a restabelecer a Igualdade. Da mesma forma, poderemos ter a *indiferenciação* como estratégia de dominação, de desconstrução de padrões de identidade indesejáveis para depois subjugar e até escravizar¹⁴. Nesse e em outros casos, a ideia de indiferença pode ser utilizada em sentido negativo: o de ignorar ou desconsiderar diferenças significativas e relevantes, de ser “indiferente a algo” (por alienação ou por menosprezo).

¹⁴ Este foi o caso do processo de implantação do tráfico negreiro: da desconsideração das etnias africanas (diferenças tribais), através de um processo de *Indiferenciação*, passou-se à *Equalização* de todos os africanos escravizados em uma nova categoria, a do “negro”.

É interessante observar que a Indiferença, particularmente com este último sentido, também pode produzir injustiças sociais de outros tipos. Consideremos, por exemplo, que uma determinada parcela de qualquer população é habitualmente constituída de deficientes físicos ou de portadores de necessidades especiais de diversos tipos. A indiferença em relação a estes portadores de necessidades especiais reintroduz o problema da desigualdade, mas de uma outra forma. Se não existissem por exemplo as plataformas especiais para os deficientes motores que não podem subir ou descer escadas, eles estariam impedidos de chegar a certos locais, e portanto estariam sofrendo uma desigualdade em relação ao critério da mobilidade física. Da mesma forma, se alguns programas de televisão não apresentassem em uma tela à parte a imagem de alguém comunicando o discurso da tela principal sob a forma de linguagem gestual de sinais, a parcela de deficientes auditivos seria privada do acesso às informações.

Estes exemplos mostram que, em muitas situações, não considerar as diferenças – isto é, agir com indiferença – pode implicar em reintroduzir o problema da desigualdade social em um outro nível. Outro exemplo é o das carteiras escolares que possuem em um dos lados uma tábua para apoiar cadernos. Elas prevêm habitualmente os alunos destros, que constituem a maior parte da população; mas frequentemente existe ao menos uma carteira canhota para cada vinte destros. Se não existisse certo número de carteiras escolares para os alunos canhotos, eles teriam de enfrentar dificuldades adicionais ou grandes incômodos para escrever. Neste caso, estariam sofrendo uma desigualdade relativa ao acesso às possibilidades de executar atividades relacionadas à escrita.

A indiscriminação envolve também a possibilidade de tratar igualmente seres desiguais, em detrimento das classes menos favorecidas socialmente. Neste sentido, uma questão ainda mais delicada relacionada aos problemas que envolvem a indiferença ou a manipulação da indiferença, e as resistências a estas, refere-se às chamadas “políticas de ação afirmativa”, mais recentes na história da luta contra o racismo e outras formas de discriminação. O que são as “políticas de afirmação” – a exemplo dos “sistemas de cotas” que reservam vagas na Educação Superior para setores discriminados – senão uma forma de resistência contra a “indiferenciação”, aqui tomada no sentido de desconsideração das diferenças e desigualdades efetivas com vistas ao estabelecimento de uma desigualdade com aparência de igualdade?

As “políticas de afirmação” visam precisamente permitir aos grupos discriminados um tratamento diferenciado para compensar as desigualdades decorrentes do racismo e

outras formas de discriminação. Daí as terminologias: ‘ação afirmativa’, ‘discriminação positiva’, ‘políticas compensatórias’¹⁵. Parte-se do pressuposto de que, em certos casos, dar um tratamento aparentemente indiferenciado a todos em relação a aspectos como o acesso ao ensino superior ou ao mercado de trabalho implica na verdade em favorecer certos grupos sociais em detrimento de outros – isto porque não se compreende aqui, ou não se quer compreender, que no universo de possibilidades de acesso ao ensino superior ou ao mercado de trabalho já existem na verdade desigualdades prévias a serem consideradas.

Em países nos quais o racismo ultrapassa certos limites, como é o caso dos Estados Unidos da América, o acesso ao mercado de trabalho, ao ensino de qualidade ou à mídia coloca-se como um problema difícil de ser enfrentado por afros-descendentes, filhos e netos de migrantes latinos, e outras minorias. Por isso surgiram pioneiramente, em alguns destes países, políticas governamentais que buscam favorecer a inclusão de afros-descendentes, obrigando os empregadores a planificar suas medidas de contratação, as universidades a implantarem regimes de cotas, e as mídias a reservarem em seus programas certa porcentagem de participação às minorias. As “políticas de afirmação” correspondem, nesta formulação teórica, a enfrentar afirmativamente a prática da indiferenciação (desconsideração de diferenças e desigualdades anteriores).

8. Algumas conclusões

O problema da desigualdade no mundo moderno está longe da luz ao final do túnel, e envolve diversos outros aspectos que não puderam ser discutidos nos limites desta conferência, como por exemplo as desigualdades ao nível das unidades nacionais. O combate à desigualdade deve partir antes de mais nada de uma compreensão muito clara e precisa sobre o que é propriamente a desigualdade – no sentido filosófico, sociológico, antropológico, histórico ... humano – assim como da compreensão sobre aquilo que distingue desigualdade e diferença. Em seguida, um estudo mais sistemático das relações e possíveis interações entre desigualdade e diferença nos vários meios sociais e tempos históricos – e em âmbitos tão diversos como a sexualidade, nacionalidade, etnia, religião, educação – pode

¹⁵ Por outro lado, os opositores da filosofia embutida nas políticas de ação afirmativa chamam-nas depreciativamente de “discriminações reversas”. Tal argumento apoia-se no fato de que a ‘ação afirmativa’ busca estabelecer uma discriminação com vistas a combater uma discriminação anterior, que está favorecendo uma desigualdade no presente.

permitir que se compreenda melhor como os sistemas de dominação, os mais sutis ou os mais explicitamente cruéis, valem-se frequentemente de deslocamentos diversos entre os âmbitos da Desigualdade e Diferença, forçando a leitura de um como se fosse o outro, de modo a melhor exercer a dominação. As relações entre desigualdades e diferenças emergem aqui como um verdadeiro campo de estudos, clamando por conceitos e metodologias próprias.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, São Tomás *Suma Teológica*, vols. I a XVII, Madrid: La Editorial Católica, 1953 (a) [originais: 1265 a 1273].
- AQUINO, São Tomás *Suma Contra los Gentiles*, vols. I e II, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – La Editorial Católica, 1953 (b) [original: 1259].
- ARISTÓTELES *Política*. Tradução de M.G. Kury. Brasília: Ed. UNB, 1985 [original: 350 a.C].
- BARROS, José D’Assunção. *Igualdade e Diferença*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [original: 1990].
- CECARELLI, Paulo Roberto (org). *Diferenças Sexuais*. São Paulo: Editora Escuta, 1999.
- JAUCOURT, “Igualdade Natural” In: DIDEROT e D’ALEMBERT. *Enciclopédia – volume 4: Política*. São Paulo: UNESP, 2015, p.201.
- LAQUEUR, T. *La Fabrique du sexe*. Paris: Gallimard, 1992.
- OLSEN, Steve. *A História da Humanidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- POUCHELLE, Christine. *Corp set Chirurgie à l’apogèe du Moyen Age*. Paris: Flammarion, 1983.
- ROUSSEAU, J-J. 1978. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 263-5.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *A Arte de lidar com Mulheres*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [original: 1851].
- WINANDY, J. La femme: un home manqué. *Nouvelle Revue Theologique*. 1978, n°9. p.865-870.